

VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho.

O Trabalho no Século XXI.

Mudanças, impactos e perspectivas.

GT 15 - Conflictividad laboral, sindicalismo y movimientos sociales en América Latina
en el siglo XXI

Contribuições sobre o movimento sindical e a particularidade brasileira

Ricardo Lara – Doutor em Serviço Social. Professor dos cursos de graduação e pós-graduação do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Rodrigo Fernandes Ribeiro - Licenciado em Ciências Sociais e Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Contribuições sobre o movimento sindical e a particularidade brasileira

Resumo

A presente proposta de trabalho objetiva relacionar os fundamentos do controle social que o Estado (orientado pelas determinações da autorreprodução do capital) impôs ao sindicalismo brasileiro, desde os anos de 1930, e os elementos que apontam a subordinação atual do movimento sindical organizado. O chamado “sindicalismo de Estado”, consubstanciado nas diretrizes da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), tem como tripé de controle, a investidura, a unicidade e as contribuições obrigatórias. A particularidade da formação social do capitalismo dependente e associado, aliado ao modelo de transição autocrático burguês de transformação capitalista que se recompôs na “redemocratização”, são dois elementos fundamentais para compreender a relação do Estado com as classes trabalhadoras e os demais movimentos populares.

Objeto

Temos como objeto o controle social que o Estado impôs ao sindicalismo brasileiro, e o seu reforço nos últimos anos. Para isso, temos como recorte histórico os anos 1990 e 2000, momento de ofensiva do capital que trouxe várias transformações nas relações de produção e, por conseguinte, os rebatimentos sobre o movimento sindical organizado.

Objetivo

A particularidade da formação social do capitalismo dependente e associado, aliado ao modelo de transição autocrático burguês de transformação capitalista, são elementos fundamentais para compreender a relação do Estado com as classes trabalhadoras e os demais movimentos populares. Objetivamos expor os fundamentos do controle social que o Estado (orientado pelas determinações da autorreprodução do capital) impôs ao sindicalismo brasileiro.

Para identificar o controle e a relação de dominação que o Estado brasileiro e suas classes dominantes constituíram sobre a classe trabalhadora, é necessário analisar o padrão de desenvolvimento em que o capital em expansão emergiu na particularidade brasileira. De imediato podemos afirmar que a formação social do capitalismo no Brasil é tardia, responde aos padrões impostos e dirigidos de fora, e soube aliar uma constituição sócio-metabólica que reúne traços da velha condição colonial e atrasada, com uma modernização restringida. Assim, constituíram-se as classes sociais, o regime subordinado à acumulação de capital e o Estado burguês.

O processo de colonização é fundamental para o entendimento da formação histórica do capitalismo dependente e associado no Brasil, onde essa constituição deu-se lentamente, de forma gradual, e com as devidas tensões e conflitos que emergiram o regime de classes e o Estado burguês. O “sentido da colonização” que Caio Prado Jr identificou em suas análises, a “via colonial” que José Chasin intermediou utilizando a análise desse modo de ser particular, o “sistema misto de servidão e de trabalho assalariado” que Rui Mauro Marini salientou enquanto função social no ciclo de produção e reprodução do capital internacional, colaboraram na tarefa de superar as análises mecânicas da “via clássica” a ser revivida no Brasil. Desde a superação de categorias históricas inexistentes no Brasil, como o feudalismo, até a superação de uma

potencial revolução burguesa clássica redentora de nosso atraso, temos muitos elementos, hoje, para identificar os fundamentos e determinações complexas que se relacionaram nesse país de dimensões continentais.

O processo de constituição da classe trabalhadora assalariada em fins do século XIX e início do século XX, contribuiu decisivamente para o salto industrializante que fora fomentado a partir da “reforma pelo alto” da década de 1930. Devido ao novo papel requerido pelo desenvolvimento desigual e combinado, exigente de modernização das forças produtivas com a permanência do atraso social e político, o controle sobre a classe trabalhadora é de fundamental importância. O recurso de concessão de direitos sociais condicionados ao enquadramento sindical, que é composto pela investidora estatal, pelas contribuições sindicais e pela unicidade imposta pela lei, foi o instrumento de subordinação passiva dos sindicatos ao Estado. Essa particularidade brasileira, chamada de “sindicalismo de Estado”, fora condição necessária para o enquadramento da classe trabalhadora desde os anos 1930, permanecendo e sendo reforçada até os dias de hoje.

Metodologia

Rever o terreno da particularidade histórica do capitalismo no Brasil requer atenção dos movimentos com que os agentes sócio-históricos imprimiram em suas lutas. A condição colonial imprimiu desde a ocupação estrangeira e espoliadora uma dinâmica social subordinada, composta por tensões diversas e por muitas vezes violentas em sua resolução “pelo alto”. Delinear as origens ontogenéticas desse movimento, a processualidade do desenvolvimento desigual e combinado, e a particularidade da constituição das forças produtivas e das classes sociais antagônicas, é tarefa de árdua atividade.

Entendemos que não há como pensar a organização da classe trabalhadora no Brasil amputada do sócio-metabolismo particular da formação social e sua relação com a totalidade do desenvolvimento do capitalismo. O esforço se dará em articular essa história das lutas sociais e a organização dos trabalhadores, com o movimento com que o capital articulou o “moderno com o arcaico”, o Estado enquanto vinco estruturante da transformação capitalista, e a subordinação ao “imperialismo total”, e suas mais diversas expressões de controle social. Nossa fonte buscará articular os pensadores sociais brasileiros que compreenderam o movimento próprio e dependente do Brasil, a

inexistência de um modelo clássico a ser revivido na periferia. Desses, Florestan Fernandes, Caio Prado Jr, Rui Mauro Marini e Ricardo Antunes, protagonizam esse debate.

Buscaremos envolver a dimensão do controle estatal com o desenvolvimento dependente e associado do capitalismo no Brasil. A bibliografia que analisaremos envolve uma série de autores críticos à essa estrutura, como Armando Boito Junior, Vito Giannotti, Paulo Tumollo e Marcelo Badaró de Mattos.

No campo da exposição do capitalismo contemporâneo e as transformações recentes nas relações sindicais, buscaremos as recentes pesquisas teóricas consubstanciadas em livros, artigos que compõem pesquisas em andamento, e noticiários jornalísticos e sindicais que configurem os movimentos atuais. Analisaremos bibliografias que julgamos centrais nos debates sobre formação social e estrutura sindical, buscando delinear as interações recíprocas das determinações que constituíram a particularidade da formação social brasileira.

Resultados

O caráter irreconciliável do trabalho com o capital é explosivo, produzindo e reproduzindo a luta sindical, o movimento que busca retomar parte do valor não pago pelo capitalista. Portanto, ele representa a antítese e o Estado o seu guardião da propriedade privada e da relação estranhada. Essa relação contém a tendência conflituosa a se realizar na vida social enquanto houver a antítese capital e trabalho, desfazendo qualquer mito de crise ou fim do sindicalismo.

É sintomático que diante das piores crises, da percepção imediata de que uma relação se naturalize, seja formado um senso comum sobre a acomodação e passividade da classe trabalhadora no Brasil. Depois de mais de uma década da irrupção violenta da ditadura de classe preventiva de 1964, a classe trabalhadora teve de se reerguer após um período de erosão de suas bases sociais. Não só apresentou-se na cena histórica com as greves do ABC, quanto contagiou a totalidade das massas. Os instrumentos de luta que se direcionavam para além da estrutura sindical corporativa de Estado foram criados e tiveram efeito imediato e mobilizador. Na década de 1980 tivemos a criação da CUT, de valorosas experiências de comissões por local de trabalho e 4 greves gerais que mobilizaram milhões em todo o Brasil. Os seus limites, as derrotas históricas que tiveram

em suas pautas econômicas reivindicativas, são apenas elementos que demonstram que o movimento sindical é uma “escola de luta de classes”, e que a necessidade histórica de transcendência do capital somente se dará por um instrumento político de patamar superior.

Hoje vivemos momento análogo na organização sindical. Por um lado os instrumentos da classe trabalhadora burocratizam-se de maneira que ainda há espaço para uma integração mais eficiente com o Estado e a ofensiva do capital. A legalização das centrais sindicais e os seus vínculos com os fundos de pensão e clubes de investimento das empresas estatais privatizadas demonstram essa afirmação. Por outro, e apesar do apelo e consenso ativo com as diretrizes do novo-desenvolvimentismo do governo pelas centrais sindicais, há um crescimento constante das greves nos últimos anos. De acordo com a análise que Boito, Marcelino e Galvão (2009) realizaram com dados recolhidos do DIEESE sobre as greves no Brasil, de 2004 a 2007, há crescimento nas mesmas (são em média 300 por ano), e aumento no índice de conquistas de acréscimo sobre a inflação nesses últimos anos (mais de 60% das greves conquistaram direitos e aumento de salários). É claro que essa situação é conjuntural, pois o crescimento econômico e a diminuição do desemprego determinam o aumento do valor da força de trabalho, que só as greves podem equiparar em seu valor. Porém, o potencial da retomada das lutas sociais pela classe trabalhadora é um indício, mas se tornarão efetivas de fato quando desvencilhados do controle do Estado.

O complexo de determinações que compõem a crise estrutural do capital irá exigir combatividade e unidade da classe trabalhadora no intuito de não sofrerem com as condições regressivas da ofensiva do capital. Concluimos que somente quando os trabalhadores tomarem em suas mãos os seus instrumentos históricos e a organização de sua luta sindical, poderão lograr melhores condições de luta pela transformação da ordem social dependente e associada. Para tanto, destruir o aparato autocrático que regula e outorga a representação dos trabalhadores é condição essencial para essa investida.

Bibliografia

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. *O governo Lula, o Fórum Nacional do Trabalho e a reforma sindical*. Rev. katálysis, vol.10, n.1, 2007.

ALVES, Giovanni. *Limites do Sindicalismo – Marx, Engels e a crítica da economia política*. Editora Práxis, Bauru, 2003.

ANTUNES, Ricardo. *Classe operária, sindicatos e partido no Brasil: um estudo sobre a consciência de classe, da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora*. Editora Cortez; Autores Associados, São Paulo, 1982.

ANTUNES, Ricardo. *O continente do Labor*. Boitempo, São Paulo, 2011.

BOITO Jr, Armando. *O sindicalismo de Estado: uma análise crítica da estrutura sindical*. Editora da UNICAMP, HUCITEC, São Paulo, 1991.

BOITO Jr., Armando; GALVÃO, Andréia y MARCELINO, Paula. *Brasil: o movimento sindical e popular na década de 2000*. em OSAL (Buenos Aires: CLACSO) Año X, Nº 26, outubro, 2009.

CUT (online). *Cronologia das lutas*. <http://www.cut.org.br/institucional/68/cronologia-de-lutas> Acesso em 05/10/2011.

DIÁRIO CATARINENSE (online). *CUT desaprova novas medidas do seguro-desemprego*. Em 16/06/2011. <http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/noticia/2011/06/cut-desaprova-novas-medidas-do-seguro-desemprego-3353753.html> Acesso em 10/03/2012.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5º edição, São Paulo, Globo, 2005.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 2º Ed. São Paulo: Zahar Editores, 1975.

GALVÃO, Andréia. *A reconfiguração do movimento sindical no governo Lula*. In: Revista Outubro, nº18, 2009.

IANNI, Octávio. *Pensamento social no Brasil*. EDUSC, Bauru-SP, 2004.

LENIN. *Sobre as greves*. 1899. Ver em <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1899/mes/greves.htm> . Acesso em 19/02/2012.

MACIEL, David. *Hegemonia neoliberal e trabalhadores no governo Lula*. Anais de “Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática”, Niterói – RJ, 2011 <http://www.uff.br/niepmarxmarxismo/MM2011/TrabalhosPDF/AMC401F.pdf> Acesso em 10/03/2012.

MACIEL, David. *Neoliberalismo e Autocracia Burguesa no Brasil*. Anais do V Colóquio Internacional Marx e Engels, Campinas, 2007 http://www.unicamp.br/cemmarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessao4/David_Maciel.pdf Acesso em 05/10/2011.

MARINI, Ruy Mauro Marini. *Dialética da dependência*, 1973. In: TRASPADINI. Roberta e STEDILE, João Pedro. Ruy Mauro Marini: Vida e Obra. Expressão Popular, São Paulo, 2005.

MARX, Karl. *Salário, Preço e Lucro*. 5º edição, Centauro, São Paulo, 2008.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo, Expressão Popular, 2009.

MÉSZÁROS, István. *Para além do Capital*. Boitempo, São Paulo, 2002.

MOTA, Ana Elizabete. *Redução da pobreza e aumento da desigualdade: um desafio teórico-político ao Serviço Social Brasileiro*. In: MOTA, Ana Elizabete. As ideologias da contrarreforma e o Serviço Social. Ed. Universitária da UFPE, Recife, 2010.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (online). *Despachos de Divulgação Centrais Sindicais 2011*. Aferição da representatividade das Centrais Sindicais – Lei nº 11.648, de 2008 e Portaria nº 194, de 2008. http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A32B088220132D0117EC4184C/despacho_2011_0418.pdf Acesso em 10/03/2012.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (online). *Distribuição dos sindicatos por Central Sindical* - <http://www3.mte.gov.br/sistemas/cnes/relatorios/painel/GraficoFiliadosCS.asp> Acesso em 10/03/2012.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (online). Nota de esclarecimento de 09 de Outubro de 2008 - <http://portal.mte.gov.br/imprensa/nota-de-esclarecimento-1.htm> Acesso em 10/03/2012.

SANTOS, Ariovaldo. *A reforma trabalhista e sindical do governo Lula: de volta aos parâmetros neoliberais*. Serviço Social & Sociedade-temas em debate, São Paulo: Cortez, v. 26, n. 81, 2005.

TUMOLO, Paulo Sérgio. *Da contestação à conformação. A formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002.